

## “ESCOLA DE CAMPINAS”: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA PARA SEU ESTUDO

Fábio Pádua dos Santos<sup>1</sup>  
Leonardo Dias Nunes<sup>2</sup>

### RESUMO

No presente artigo nosso esforço foi realizar uma contextualização histórica do surgimento da “Escola de Campinas”, que será as bases para o estudo da visão do mundo e do modo de pensamento desta Escola. Partimos da hipótese segunda a qual a reestruturação do moderno sistema mundial sob a hegemonia estadunidense conforma o quadro geral no qual se desenrolaram os processos de industrialização da economia e de modernização do Estado Nacional no Brasil, pelos quais se forjou um sistema educacional, no qual a “Escola de Campinas” veio a ser um de seus componentes. Assim pensando, dividimos o artigo em três partes. Na primeira parte do trabalho, *A Estrutura*, buscamos apresentar brevemente que a idéia de desenvolvimento é parte constituinte da hegemonia estadunidense no moderno sistema mundial e que foi difundida no Brasil, em grande medida, através de instituições promotoras da modernização capitalista no país. Na segunda parte, *A Conjuntura*, partindo de uma periodização do desenvolvimento capitalista no Brasil, delimitamos o período desenvolvimentista e fizemos um balanço das visões acerca da sociedade brasileira na crise do desenvolvimentismo. Por fim, na terceira parte, *O Acontecimento*, sugerimos que a “Escola de Campinas” surgiu como uma instituição que veio a constituir as modernas estruturas do saber no Brasil, que resultou da dialética das transformações entre os níveis estrutural e conjuntural no moderno sistema mundial no após 2ª Guerra Mundial. Com base nesta historicização, propomos uma maneira de iniciar o estudo das idéias formuladas na “Escola de Campinas”.

**Palavras-chave:** Capitalismo, História do pensamento econômico, “Escola de Campinas”

### ABSTRACT

In the present article our effort were to produce a historical contextualization of the rise of “Campinas School”, which will be the ground to the study of the world vision and mode of think of that School. We start from the hipotesys that the modern world-system restructuration under the US hegemony shapes the general frame in which developed both process, the economic industrialization and the national State modernization in Brazil, where was established the educational system in which the “Campinas School” became a component of this system. In this way, we divided the article in three parts. In the first one, *The Structure*, we intend to present briefly that the development idea is a constitutive part of US hegemony in the modern world-system, and was largely spread in Brazil through the institutions which promoted capitalist modernization in this country. In the second part, *The Conjuncture*, from a periodization of capitalist development in Brazil, we delimited the developmentalist period and did a balance of the visions about the Brazilian society in the developmentalist crises. In the third part, *The Event*, we suggest the “Campinas School” rise as an institution that become constituted the modern structures of knowledge in Brazil, which resulted of the dialectical transformation between the structural level and the conjectural level in the modern world-system in the post-2<sup>nd</sup> World War. Taking this historicizing into account we suggest a mean of start the study of ideas formulated at “Campinas School”

**Key-words:** Capitalism, History of economic thought, “Campinas School”

---

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Econômico do Instituto de Economia na área de História Econômica e bolsista do Centro Internacional Celso Furtado para o Desenvolvimento Econômico. Email: [fpadua@gmail.com](mailto:fpadua@gmail.com)

<sup>2</sup> Mestrando do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Econômico do Instituto de Economia na área de História Econômica. Email: [leonardodiasnunes@hotmail.com](mailto:leonardodiasnunes@hotmail.com)

## Introdução

Para o tratamento da problemática das condições históricas do surgimento da “Escola de Campinas”, não nos parece necessário ir além ou aquém do mundo moderno. As transformações no mundo moderno devem ser nosso ponto de partida. Compreender como as formas dominantes, no espaço e no tempo, de produzir, de dominar e de pensar se apresentaram, se articularam e se transformaram, são-nos necessárias para que, em momento mais oportuno, sejamos capazes de estabelecer as características inerentes à *visão do mundo*<sup>3</sup> e ao *modo de pensamento*<sup>4</sup> da “Escola de Campinas” no que tange aos seus aspectos econômicos, políticos e do conhecimento no contexto histórico-mundial no qual esta instituição foi fundada.

Desde logo, ao nível de generalidade do qual partimos, a questão sobre desenvolvimento não se constitui *em si* nosso ponto de referência. Tal questão, por um lado, geralmente é estudada a partir da reconstrução da evolução do pensamento brasileiro forjado dentro de certos agrupamentos de intelectuais, que possuíam posições político-ideológicas e buscavam influenciar o destino do modelo de desenvolvimento do Brasil. Por outro, geralmente é estudada a partir da construção de um quadro comparativo das posições que os agrupamentos tomavam em relação às principais controvérsias no processo de desenvolvimento<sup>5</sup>. Tomamos o debate sobre o desenvolvimento como um aspecto da realidade e como um momento em nossa reflexão. Nosso esforço consiste em partir de uma noção historicizada da própria idéia de desenvolvimento, de modo a extrair o significado que esta idéia adquiriu, a partir de meados do século XIX, no moderno sistema mundial. Ainda que seja possível apreender os aspectos históricos do pensamento, entendemos que o pensamento é um aspecto da História. As idéias são, pois, feições da realidade. A idéia de

---

<sup>3</sup> Por visão do mundo tomamos o conceito de Lucien Goldmann (1967, p. 20) “Uma visão do mundo é precisamente esse conjunto de aspirações, sentimentos e de idéias que reúne os membros de um grupo (mais freqüentemente, de uma classe social) e os opõem aos outros grupos” (GOLDMANN, 1967, p. 20)

<sup>4</sup> Por modo de pensamento estamos entendendo a maneira como os homens realmente pensam. Nestes termos, estamos partindo da problemática, entretanto não exclusivamente, tal como proposta por Karl Mannheim para quem o pensamento deve ser compreendido “... dentro da moldura concreta de uma situação histórico-social, de que o pensamento individualmente diferenciado emerge mui gradualmente. Assim não são os homens em geral que pensam, nem mesmo os indivíduos isolados, mas os homens dentro de certos grupos que elaboram um estilo peculiar de pensamento graças a uma série interminável de reações a certas situações típicas, características de suas posições comuns” (MANNHEIM, 1954, p. 3).

<sup>5</sup> Vide, por exemplo, BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000 [1988]. Mais recentemente, BIELSCHOWSKY, Ricardo e MUSSI, Carlos. **O pensamento desenvolvimentista no Brasil: 1930-1964 e anotações sobre 1964-2005**. Texto preparada para o Seminário “Brasil-Chile: una mirada hacia América Latina y sus perspectivas”. Santiago do Chile, Julho de 2005. Ou ainda, MALTA, Maria Mello de et. al. **A história do pensamento econômico brasileiro entre 1964 e 1989: um método para discussão**. In: XV Encontro Nacional de Economia Política. São Luís do Maranhão, 2010.

progresso ou desenvolvimento, em especial, figura um aspecto da realidade moderna que, para ser bem compreendida não deve ser considerada “isoladamente”, senão concomitantemente com as transformações ao nível histórico-concreto da economia, da política e da cultura.

Partimos, portanto, da idéia segundo a qual no bojo da consolidação da economia-mundo capitalista, tornou-se dominante o modo utilitário e positivista de pensar.<sup>6</sup> Deste modo, entendemos que para compreendermos a “Escola de Campinas”, devemos recuar a este passado não tão longínquo e considerá-la como um *movimento de resistência* no processo de expansão daquela forma predominantemente européia de pensar, que acompanhou o próprio processo de expansão das formas de produção especificamente capitalistas em direção às zonas periféricas do moderno sistema mundial, a partir de fins do século XIX.

Se nosso ponto de partida não está equivocado, somos levados a considerar analiticamente, ao nível estrutural, três processos: (i) o avanço do industrialismo em direção as zonas periféricas *pari passu* (ii) a transição da hegemonia britânica para a hegemonia estadunidense e (iii) as transformações nas estruturas do saber que acompanharam ambos os movimentos, sobretudo, como se constituiu nas zonas periféricas as modernas estruturas do saber. E, ao nível conjuntural, a dinâmica sócio-política em torno da formação do Estado brasileiro entre a Revolução de 1930 e o Golpe Militar de 1964.

Uma vez que já sugerimos os processos mais gerais que fundamentam nossa análise, cabe ainda indicar a necessidade de termos clareza das continuidades e rupturas nestas três esferas da existência social (a economia, a política e o conhecimento) e do modo como estas se rearticulam com a ascensão e consolidação da hegemonia estadunidense no moderno sistema mundial no pós-2ª Guerra Mundial. Partimos, portanto, da hipótese segundo a qual a re-estruturação da economia-mundo capitalista – a partir da expansão dos investimentos estrangeiros (exportações de capitais), sob a tutela e os auspícios do Estado norte-americano,

---

<sup>6</sup> Admitindo que o utilitarismo e o positivismo conformaram, do ponto de vista do conhecimento, as bases do liberalismo clássico, podemos considerar que a forma dominante de pensamento compreendia que “[...] o mundo humano estava constituído de átomos individuais com certas paixões e necessidades, cada um procurando acima de tudo aumentar ao máximo suas satisfações e diminuir seus desprazeres, nisto igual a todos os outros, e naturalmente não reconhecendo limites diretos da interferência em suas pretensões. Em outras palavras, cada homem era, ‘naturalmente’ possuído de vida, liberdade e busca da felicidade, como afirmava a Declaração de Independência dos Estados Unidos, embora os pensadores liberais mais lógicos preferissem não colocar isto na linguagem dos ‘direitos humanos’. No curso de busca desta vantagem pessoal, e este complexo de acordos úteis – constantemente expressos na terminologia francamente comercial do ‘contrato’ – constituía a sociedade e os grupos políticos ou sociais. É claro que tais acordos e associações implicavam alguma diminuição da naturalmente ilimitada liberdade do homem para fazer aquilo que quisesse, sendo uma das tarefas da política reduzir tal interferência a uma mínimo praticável. [...] O ‘homem’ do liberalismo clássico (cujo símbolo literário foi Robson Crusoe) era um animal social somente na medida em que ele coexistia em grande número. Os objetivos sociais eram, portanto, a soma aritmética dos objetivos individuais” (HOBSBAWM, 1994, p. 256-57).

como também do esforço em consolidar efetivamente em escala mundial sistemas educacionais que reproduzissem, à semelhança das zonas centrais, as modernas estruturas do saber –, conforma o quadro geral no qual se desenrolaram os processos de industrialização da economia e de modernização do Estado Nacional no Brasil, pelos quais se forjou um sistema educacional brasileiro, no qual a “Escola de Campinas” veio a ser um de seus componentes. Por cima destes movimentos, numa realidade mais imediata, nós argumentaremos que a origem desta instituição está relacionada à anulação, provocada pelo Golpe Militar de 1964, das possíveis trajetórias de desenvolvimento econômico que estavam em disputa no Brasil desde meados da década de 1950 (ou que remontam à década de 1930, talvez), como procuraremos demonstrar através de um balanço historiográfico da produção intelectual do imediato pré e pós-Golpe Militar.

Para tanto o artigo está dividido em três partes além desta introdução e das considerações finais. Na primeira parte do trabalho, *A Estrutura*, buscamos apresentar brevemente que a idéia de desenvolvimento é parte constituinte da hegemonia estadunidense no moderno sistema mundial e que foi difundida no Brasil, em grande medida, através de instituições promotoras da modernização capitalista no país. Na segunda parte, *A Conjuntura*, partindo de uma periodização do desenvolvimento capitalista no Brasil, delimitamos o período desenvolvimentista e fizemos um balanço das visões acerca da sociedade brasileira na crise do desenvolvimentismo. Por fim, na terceira parte, *O Acontecimento*, sugerimos que a “Escola de Campinas” surgiu como uma instituição que veio a constituir as modernas estruturas do saber no Brasil, que resultou da dialética das transformações entre os níveis estrutural e conjuntural no moderno sistema mundial no pós 2ª Guerra Mundial. Em tal instituição de ensino e pesquisa se elaborou uma interpretação do Brasil que era crítica ao desenvolvimento capitalista instaurado após a crise do desenvolvimentismo.

## **I – A Estrutura**

A formação do mundo moderno ocidental, cujo epicentro fora a Europa, não se limitou à revolução do modo como os homens passaram a produzir sua própria existência, isto é, não se limitou à revolução do modo como os homens passaram a dominar a natureza e a si próprios. Do ponto de vista da cultura, em particular, do conhecimento, a formação do mundo moderno envolveu, contiguamente, uma revolução do modo de pensar, ou seja, uma transformação radical da maneira como os homens passaram a apreender, conceber e

significar o mundo. Em poucas palavras, a consolidação do mundo moderno ocidental tornou vil, em meados do século XIX, a concepção transcendente do mundo, elevando, em seu lugar, a concepção imanente do mundo.

Assumir a concepção imanente do mundo significou romper, do ponto de vista do conhecimento, com o princípio divino da explicação. A explicação para o estado do mundo passava a residir, portanto, no próprio mundo.<sup>7</sup>

Embora o modo moderno de pensar, como qualquer outro, estivesse sujeito às próprias condições de existências dos homens, na modernidade, a razão, manifesta no saber técnico/científico, não se apresentou como puro reflexo retardado, como tampouco se demonstrou perfeitamente sincronizada ao estado do mundo. À medida que o conhecimento sistematizado tornou-se um instrumento de domínio do homem sobre a natureza e sobre os próprios homens, a razão se tornava um elemento-chave à reprodução do moderno sistema mundial à proporção que a produção do conhecimento se convertia em elemento estruturante deste sistema social histórico.<sup>8</sup> Por um lado, a produção do conhecimento como ciência básica (física e química), converteu-se em condição necessária ao surgimento da tecnologia, que, por sua vez, passou a influir diretamente sobre o estágio de desenvolvimento das forças produtivas e, portanto, nos processos de acumulação de capital (formação e desenvolvimento da economia mundial capitalista) e de acumulação de poder (formação e desenvolvimento do sistema interestatal). Por outro, a produção do conhecimento como ideologias, convertia-se em condição necessária a introdução de um sistema de *dominação legal*<sup>9</sup> entre os homens, não só na relação do Estado com seus cidadãos como também entre os próprios Estados.

Nesta primeira parte, nosso esforço consistirá em apontar sucintamente, tal como sugerimos nos parágrafos acima, alguns elementos que aludem as vinculações existentes entre a economia mundial capitalista, o sistema de Estados nacionais e as modernas estruturas do saber no *longo século XX*<sup>10</sup> atentos ao modo como o Brasil se articulou a estes processos.

---

<sup>7</sup> Contudo, cabe destacar que não havia uma chave exclusiva de acesso à realidade natural e, principalmente, social. Por exemplo, o clássico liberalismo burguês dividia-se entre o materialismo e o empiricismo. Como observou Eric Hobsbawm (1994, p. 256), “Filosoficamente, inclinavam-se ao materialismo ou ao empiricismo, que condiziam com uma ideologia que devia suas forças e métodos à ciência, neste caso principalmente à matemática e à física da revolução científica do século XVII”.

<sup>8</sup> Neste ponto estamos de acordo com Max Horkheimer (2007 [1946], p.26), pra quem, “a razão tornou-se algo inteiramente aproveitado no processo social. Seu valor operacional, seu papel no domínio dos homens e da natureza tornou-se o único critério para avaliá-la. [...] É como se o próprio pensamento tivesse se reduzido ao nível do processo industrial, submetido a um programa estrito, em suma, tivesse se tornado em parte e uma parcela do processo da produção”.

<sup>9</sup> Sobre o conceito de dominação legal, ver Max Weber *Economia e sociedade*. vol.1. pp.142-47.

<sup>10</sup> Tomamos aqui a definição de longo século XX tal como formulada por Giovanni Arrighi, “[...] a idéia de um longo século XX é adotado aqui como a moldura temporal apropriada para a análise da ascensão, plena expansão e eventual superação dos agentes e estruturas do quarto ciclo sistêmico de acumulação (norte-americano). Nessas

Mais precisamente apontaremos os elementos que fundamentaram a ordem econômica e política mundial sob a hegemonia estadunidense no pós-2ª Guerra Mundial e apontaremos algumas instituições através das quais a idéia de desenvolvimento, nas seus diferentes matizes, foi difundida no Brasil. Foi em parte sobre estas instituições que se formaram e consolidaram, a partir de meados da década de 1960, as modernas estruturas do saber no Brasil, sobretudo nas ciências sociais.<sup>11</sup>

### *1. A idéia de desenvolvimento e as modernas estruturas do saber*

No período histórico de que parte nossa exposição, o conceito de desenvolvimento (ou progresso) já era, do ponto de vista do sujeito do processo do conhecimento, o conceito dominante. Assim, julgamos necessário uma breve nota acerca de sua origem. A ascensão da idéia de progresso como conceito dominante esteve atrelada, do ponto de vista geral, a desvinculação do destino do homem de uma ordem religiosa superior. Teve origem, portanto, no longo e contraditório processo de abandono da concepção transcendente do mundo em favor da adoção da concepção imanente do mundo. Processo no qual, como destacou Wallerstein *et al.* (1996, p. 5 grifo nosso),

*[...] sabemos que el dios que se había ido no dejó tras de sí un vacío moral. Si los cielos se alejaron en forma casi ilimitada, lo mismo ocurrió con las ambiciones humanas. **La palabra operativa pasó a ser progreso** – dotada ahora del recién adquirido sentimiento de infinitud, y reforzada por las realizaciones materiales de la tecnología.*

Entre os ideólogos do progresso, Eric Hobsbawm (1994, p. 256) destaca o clássico liberalismo burguês como a formulação mais consistente e poderosa da ideologia de progresso. Segundo o autor, “[Era uma filosofia] rigorosamente racionalista e secular, isto é, convencida da capacidade dos homens em princípio para compreender tudo e solucionar todos os problemas pelo uso da razão, [...]” (HOBSBAWM, 1994, p. 256).

A ruptura fundamental com as estruturas de saber eclesiásticas em meados do século

---

condições, o longo século XX nada mais é que o último elo numa cadeia de estágios parcialmente superpostos, cada qual abrangendo um século longo, através dos quais a economia mundial capitalista européia passou a incorporar o mundo inteiro num denso sistema de trocas” (ARRIGHI, 1996, p. 218-19).

<sup>11</sup> Como podemos observar em Sérgio Miceli, “o sistema local de produção intelectual no campo das Ciências Sociais já contava com alguns elementos consistentes de vertebração institucional. Além da experiência pioneira e fecunda da escola sociológica paulista, cumpre salientar o legado do experimento isebiano no Rio de Janeiro e o ativo altamente positivo de pessoal formado através do sistema de bolsas vigente no curso de Sociologia Política da Faculdade de Ciências Econômicas em Belo Horizonte. Todos estes espaços haviam produzido lideranças intelectuais, científicas, organizacionais e corporativas de grande envergadura...” (MICELI, 1995, p. 362)

XIX engendrou também uma forma fragmentada de apreender, conceber e significar o mundo. Esta fragmentação se deu em três etapas: (i) o divórcio da filosofia com as ciências, (ii) a diferenciação entre as ciências naturais e as ciências sociais ou humanas e (iii) a especialização das ciências sociais.<sup>12</sup> A contraface destes três movimentos no plano do saber refletia, ao mesmo tempo em que dava origem, ao sistema universitário moderno, no qual a universidade raiou como instituição burocrática estruturada a partir de departamentos que, por sua vez, expressava os diferentes ramos do saber. Fundado, do ponto de vista do conhecimento, sobre os princípios da universalização<sup>13</sup> e da setorização<sup>14</sup>, o sistema universitário moderno converteu-se, em fins do século XIX, no *locus* principal da produção do conhecimento e atingiu o seu apogeu após 1945, quando foi generalizado mundialmente.<sup>15</sup>

No Brasil, contudo, as instituições de ensino não se vincularam em sua origem ao processo de estruturação das modernas estruturas do saber. De acordo com Fausto Castilho (2008, p. 36-7),

O século XIX brasileiro representa todo ele uma permanente mobilização para impedir a criação da universidade. E isso ocorre desde o momento em que o conceito de universidade tradicional é abandonado e a universidade moderna se expande pela Europa, pela América do Norte e, depois, pelas diferentes partes do mundo. Em nenhum país terá havido tanto quanto no Brasil do século XIX uma atitude tão ostensiva, pertinaz e duradoura a se opor à introdução da universidade moderna.

Dom João VI, lembra-nos Castilho (2008, p. 37), “[...] em lugar de propor-se a criação de uma universidade moderna [...], passa a criar ‘escolas isoladas’ de mero treinamento profissional para preparar servidores do Estado”. Para este autor, portanto, a grande hipoteca legada pelo século XIX ao século XX foram as escolas profissionais isoladas de ensino superior que obstaculizaram a introdução da universidade moderna no Brasil. (CASTILHO, 2008, p. 41-2).

Isto, em parte, pode explicar porque a idéia de desenvolvimento, como veremos mais adiante, se disseminou no Brasil por canais institucionais não-universitários até meados década de 1960. Nos ajuda também a compreender sobre quais bases veio a se consolidar o

---

<sup>12</sup> Embora seja importante para a compreensão de nosso argumento desenvolver as mediações que envolvem estes três movimentos, não as apresentaremos no presente artigo, pois escaparia ao escopo da presente proposta. Por ora é suficiente deixarmos indicado nosso argumento e sugerir as referências que embasam a nossa argumentação. Vide Hobsbawm (1994, 1996, 1998); Wallerstein et al. (1996); Wallerstein (1984); e Snow (1995).

<sup>13</sup> “*Universalization is the presumption that there exist universal laws applicable to all human society or rather all human societies*” (WALLERSTEIN, 1984, p. 177).

<sup>14</sup> “*Sectorization is the presumption that social science are divided into a number of separate ‘disciplines,’ each of which comprises an intellectually defensible distinct focus of discourse*” (WALLERSTEIN, 1984, p. 178).

<sup>15</sup> Para uma descrição desse processo ver Wallerstein et al. (1996, capítulos 1 e 2) e Wallerstein (2007, capítulos 2 e 3).

sistema universitário moderno brasileiro, que esteve vinculado à “[...] vontade nacionalista crescente das zonas periféricas de ‘alcançar’ as zonas que lideravam o sistema-mundo [...]”, como bem observou Wallerstein (2007, p. 96).

Vejamos agora como se estruturou o moderno sistema mundial sob a hegemonia estadunidense e como a idéia de desenvolvimento do pós-2ª Guerra Mundial difundiu-se no Brasil por meio de algumas instituições não-universitárias, mas que se constituíram também em *locus* da produção do conhecimento no país.

## **2. Elementos da hegemonia estadunidense<sup>16</sup>**

A crise sinalizadora que deu origem a fase de expansão financeira do ciclo sistêmico de acumulação britânico, em 1873, marcou o início da disputa pelo poder hegemônico no sistema interestatal no qual os Estados Unidos saíram vencedores ao final da 2ª Guerra Mundial. Esta crise de proporções catastróficas – como, por exemplo, a 1ª e 2ª Guerra Mundial, bem como o colapso financeiro de 1929 – se manifestou de diferentes formas nas zonas periféricas da economia-mundo capitalista, provocando contingências históricas, cujas soluções variaram de acordo com o tipo de vínculo previamente estabelecido de cada região com a economia-mundo capitalista. No Brasil, por exemplo, observou-se um surto de crescimento industrial considerável, bem como a constituição das bases do Estado desenvolvimentista brasileiro a partir da Revolução de 1930.

Ao final da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos encontravam-se em uma posição privilegiada. Pela primeira vez os direitos dos estadunidenses sobre as rendas geradas no exterior tornaram-se significativamente superiores aos direitos do exterior sobre as rendas geradas nos Estados Unidos. Isto expressava a condição monopolista sobre a liquidez mundial (70% das reservas de ouro), a concentração de grande parte da capacidade produtiva mundial, além de se constituírem como o principal mercado consumidor dos produtos globalmente produzidos, isto é, centralizarem a demanda efetiva mundial.

Sobre todos esses predicados e apoiados na versão mundializada do *New Deal*,<sup>17</sup> os

---

<sup>16</sup> Nesta seção estamos nos baseando em Arrighi (1996), em particular nos capítulos 1 e 4.

<sup>17</sup> Por versão mundializada do *New Deal* estamos entendendo, em acordo com Arrighi, a adaptação realizada pela Doutrina Trumann da ideologia unimundista de Roosevelt. Esta “[...] falava de dois mundos irremediavelmente opostos entre si: de um lado, um mundo comunista agressivamente expansionistas, e de outro, um mundo livre, que somente os Estados Unidos eram capazes de organizar e dotar de capacidade de autodefesa” (ARRIGHI, 1996, p. 286). A idéia essencial, portanto, era a de que “[...] os grandes governos deveriam gastar com liberdade para conquistar a segurança e o progresso” (SCHURMANN, 1974, p. 67 *apud* ARRIGHI, 1996, p.285).

Estados Unidos ordenaram o mundo através do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) e do Acordo de Bretton Woods. Com o GATT, os parâmetros da integração mundial via comércio foram redefinidos e resguardados aos governos nacionais, que definiriam o ritmo da liberalização comercial de acordo com seus interesses. Com o Acordo de Bretton Woods procurou-se solucionar o problema da liquidez mundial através de uma distribuição mais equitativa do poder de compra por meio da instauração de sistemas monetários nacionais e de relações salariais nas economias domésticas dos Estados membros do sistema interestatal, articuladas via um regime monetário mundial de cambio fixo, o padrão dólar-ouro. Para tanto, foram criados, sob o véu da ONU, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, instituições cujos objetivos eram ramificar o meio circulante e assegurar o equilíbrio do balanço de pagamentos, respectivamente.

Esta forma de reestruturar a economia-mundo capitalista impulsionou e foi impulsionada pelos investimentos estrangeiros privados estadunidenses no exterior, os quais se revelaram mais eficazes à redistribuição da liquidez mundial. Tal expansão constitui-se na base para a transnacionalização do capital (muitas vezes chamado de processo de internacionalização) em cuja base esteve a “Revolução Organizacional”. Esta revolução deu origem às grandes corporações verticalmente integradas que, ao integrarem processos produtivos em escala mundial, eliminaram os custos de transação, os riscos e as incertezas inerentes ao livre mercado, e estabeleceram um novo padrão de competição intercapitalista. Com isso as empresas transnacionais, sobretudo as estadunidenses, isolaram-se das pressões competitivas do regime de acumulação britânico e converteram-se nos principais agentes da acumulação no século XX. A fonte de competitividade destas empresas residia, pois, nas técnicas de planejamento, bem como na regulação mercantil favorável aos Estados Unidos. Ambas possibilitaram às empresas transnacionais a extraírem maiores vantagens da divisão técnica e social do trabalho em nível mundial, superando deste modo o imperialismo do livre comércio.

Enfim, se os controles da liberalização do comércio e da liquidez mundial formavam a bases dos princípios de legitimação do Estado norte-americano frente aos capitais estadunidenses da mesma forma que o bem-estar social (interpretado como consumo de massa) legitimava este mesmo Estado frente aos seus cidadãos. Nas relações com os Estados semiperiféricos e periféricos, o direito da autodeterminação nacional<sup>18</sup> e a provisão da

---

<sup>18</sup> “Depois da Segunda Guerra Mundial, concedeu-se a todos os povos, ‘ocidentais’ ou ‘não ocidentais’, o direito à autodeterminação nacional, ou seja, a se constituírem em comunidades nacionais, e uma vez constituídas, a serem aceitos como membros plenos do sistema interestatal” (ARRIGHI, 1996, p. 66).

subsistência a todos os cidadãos formaram as bases da legitimação dos Estados Unidos frente aos demais Estados do sistema interestatal e seus respectivos grupos de iniciativa.

Assim como a ideologia liberal da hegemonia britânica havia elevado a busca da riqueza dos súditos proprietários acima dos direitos absolutos do governo dos governantes, a ideologia da hegemonia norte-americana elevou o bem-estar de todos os cidadãos (o 'consumo de massa' em alto grau) acima dos direitos absolutos de propriedade e dos direitos absolutos de governo. Se a hegemonia britânica havia expandido o sistema interestatal de modo a acomodar a 'democratização' do nacionalismo, a hegemonia norte-americana levou esta expansão adiante, acomodando a 'proletarização' do nacionalismo. (ARRIGHI, 1996, p.66)

O fato dos Estados Unidos não ter criado, a princípio, restrições ao fortalecimento dos Estados periféricos por meio do fortalecimento de seus mercados internos não significava que o Estado norte-americano não dispunha de meios para restringir qualquer ameaça ao equilíbrio global do poder. À medida que as instituições da hegemonia estadunidense viabilizavam o desenvolvimento industrial em países da periferia, elas próprias bloqueavam o acesso a "riqueza oligárquica"<sup>19</sup>. A autodeterminação nacional dos Estados nas zonas periféricas do moderno sistema mundial deveria ser requerida e alcançada, porém, respeitando a disciplina monetária determinada pelo Acordo de Bretton Woods. O mesmo se passou com o mercado interno, cuja constituição e fortalecimento deveria estar ancorado no capital estrangeiro, através dos investimentos estrangeiros diretos ou através de financiamento direto aos governos mediante a um conjunto de condicionalidades.

Nas tensões que envolveram a consolidação da hegemonia estadunidense no moderno sistema mundial, as instituições produtoras do conhecimento, universitárias ou não, cumpriram um papel fundamental na legitimação da nova ordem mundial, constituindo-se como mecanismos de difusão da idéia de desenvolvimento. A generalização do sistema universitário moderno constituiu-se no principal mecanismo de difusão desta idéia, sobretudo a partir de 1945. Como observa Wallerstein (2007, p. 96):

O apoio social ao sistema universitário mundial veio de três fontes: elites e governos, que precisavam de mais pessoal treinado e mais pesquisa básica; empresas produtivas, que precisavam de avanços tecnológicos que pudessem aproveitar; e todos aqueles que viam o sistema universitário como uma forma de ascensão social.

No Brasil, a observação de Wallerstein é pertinente e nos ajuda a perceber vinculação existente entre as estruturas do saber com o desenvolvimento da economia mundial capitalista

---

<sup>19</sup> Em uma economia-mundo do tipo capitalista a riqueza da qual desfruta a zona central é "oligárquica", ou seja, "... não tem qualquer relação com a intensidade e eficiência dos esforços de seus receptores e nunca está disponível para todos, não importa quão intensos e eficientes são seus esforços" (ARRIGHI, 1997, p. 216).

e do sistema interestatal. Porém, prescindimos de nuances. Como já sugerimos acima e apontaremos na próxima seção, no período que compreende a consolidação da hegemonia estadunidense e o Golpe Militar de 1964, ainda que esforços de consolidação da universidade moderna no Brasil já pudessem ser observados desde a década de 1930, como simboliza o caso da Universidade de São Paulo, a idéia de desenvolvimento se difundiu, no imediato pós-2ª Guerra Mundial, predominantemente em instituições não-universitárias.

### *3. As instituições difusoras da idéia de desenvolvimento no Brasil*

Os princípios e os mecanismos que legitimaram a ordem mundial sob a hegemonia estadunidense, embora fundamentais, não são suficientes para compreendermos os condicionantes ao surgimento da “Escola de Campinas”. É necessário levar em conta também o surgimento de algumas instituições por meio das quais se difundiram as idéias de desenvolvimento que auxiliaram na estruturação do moderno sistema mundial, do ponto de vista ideológico, no período em questão.

No Brasil, por exemplo, vinculados a ordem econômica e política mundial, surgiram instituições como a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), criada em 1945, por exigência do FMI, e destinada a promover a estabilidade monetária no país. Poucos anos depois, em 1948, a partir da Organização das Nações Unidas, estabeleceu-se no Chile a Comissão Econômica para o Desenvolvimento da América Latina e Caribe (CEPAL), criada com o objetivo de assessorar as iniciativas de desenvolvimento econômico da região. Em 1952, a CEPAL se estabeleceu no Brasil por meio de um acordo de colaboração com Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), criado no mesmo ano e com o objetivo de financiar o desenvolvimento econômico no país. Também foi importante a criação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), em 1955, órgão de pesquisa vinculado diretamente ao Ministério de Educação e Cultura, reservado ao estudo e a difusão das ciências sociais no Brasil, que acabou se convertendo em um dos principais centros produtores da ideologia nacional-desenvolvimentista. A partir da ONU se ramificou ainda a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), estabelecida no Chile, e o Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais (CLAPCS), estabelecido no Brasil, ambas foram criadas em 1957 e pertenciam ao conjunto de agências especializadas da UNESCO que tinham por objetivo disseminar “a solidariedade intelectual e moral da humanidade”. No bojo desta propagação, cabe ressaltar ainda a criação, em 1946, das primeiras faculdades de

ciências econômica no Brasil, bem como a instituição da profissão de Economista em 13 de agosto de 1951 pelo Decreto Lei nº. 1.411.

Não se pode esquecer também que, neste contexto, o Partido Comunista Brasileiro também se constituía como espaço de discussão, no qual a idéia de desenvolvimento era discutida sob outros parâmetros. Apesar disso, neste contexto, dada a aliança entre o PCB e o nacionalismo, “era como se o marxismo entregasse a tarefa de analisar a evolução do capitalismo brasileiro aos keynesianos [...]” (SADER, 2004, p. 12).

Todos estes exemplos ilustram as relações existentes entre a esfera do saber e as esferas da economia e da política. Instituições como a SUMOC e o BNDE, por exemplo, além de participarem do aparelhamento do Estado desenvolvimentista brasileiro e de intervirem diretamente no processo de desenvolvimento, também foram responsáveis por parte da produção da literatura econômica do país no período. Todas aquelas instituições em conjunto se constituíram como o *locus* do debate sobre o desenvolvimento no Brasil e como um componente das modernas estruturas do saber no transcurso da consolidação da hegemonia estadunidense, em nível mundial, e o Golpe Militar de 1964 no Brasil.

O fato do debate sobre o desenvolvimento, no período em questão, estar localizado nas instituições não-universitárias, revela para nós um aspecto *sui generis* do ponto de vista das estruturas do saber que distingue o Brasil, no seu desenvolvimento, não só da antiga América espanhola como sobretudo do velho continente: a ausência da universidade tradicional (do tipo medieval). Desde logo, é importante ressaltar que não estamos atribuindo a esta especificidade qualquer caráter determinante, senão constitutivo, do modo como veio a se formar as estruturas do saber no Brasil. Isto significa reconhecer que, por muito tempo, o *locus* da produção cultural, em particular o saber social, fora produzido em instituições não-universitárias. Portanto, a universidade moderna no Brasil é um fenômeno recente, cuja consolidação ocorreu sobre as “escolas profissionais isoladas de ensino superior” e articulada à ascensão e manutenção da ordem mundial sob a hegemonia estadunidense, que se apoiou na questão do desenvolvimento econômico – isto é, da consolidação das formas especificamente capitalistas de produção – como condição indispensável à autodeterminação dos povos.

## II – A Conjuntura

Nesta seção buscamos deslocar nossa reflexão do nível estrutural do moderno sistema mundial para o nível conjuntural da sociedade brasileira ao focar na conjuntura que se iniciou

a partir da Revolução de 1930. Particularmente, daremos atenção ao momento da crise do desenvolvimentismo na primeira metade da década de 1960. Após este passo, na próxima seção, seguiremos nosso trabalho com a apresentação do surgimento da “Escola de Campinas” como um fato decorrente desta conjuntura.

Como foi mostrado na seção anterior, o desenvolvimento do capitalismo não consolidou apenas forças produtivas e tecnologias, mas que também desenvolveu uma forma particular de pensar; utilitária e positivista,<sup>20</sup> no qual a idéia de progresso ou desenvolvimento legitimava o estabelecimento das formas modernas de produzir e dominar.

No Brasil, pós-1945, este pensamento não foi importado diretamente pelas universidades. O modo de pensar burocrático e racional chegou às terras brasileiras através de instituições de fomento ao desenvolvimento econômico, como sugerimos anteriormente. Entretanto, logo que as universidades foram criadas, o saber burocrático racional lá se instalou, e seus estudantes ali receberam um excelente ensino para formarem-se como técnicos de um Estado que buscava o desenvolvimento econômico. Assim, técnicos, empresários, autodidatas, representantes de agremiações políticas que muitas vezes também participavam de ambientes acadêmicos, discutiam a crise em que o país estava inserido na primeira metade da década de 1960 e faziam seus prognósticos. É isto que podemos perceber no debate por nós recuperado.

### ***1. Desenvolvimento capitalista e crise do desenvolvimentismo***

Após a 2ª Guerra Mundial, o processo de modernização da estrutura econômica brasileira continuava sua rota ascendente. Entretanto, na primeira metade da década de 1960, tal processo mostrava seus limites. Foi neste momento que muitos técnicos e intelectuais analisavam a realidade brasileira da época com o objetivo de diagnosticar seus principais problemas e propor as devidas soluções.

Pensamos que ao analisar as obras de autores que observavam um período de mudanças sociais relevantes podemos observar padrões nas relações entre os homens, nas suas idéias e em suas instituições deste momento histórico. Esta é a inteligente e difícil sugestão do historiador E. P. Thompson (1988) para se fazer a análise da história. Afinal de contas, os processos históricos são resultantes de inúmeras tensões que ocorrem na sociedade e que nem sempre são visíveis para todos os olhos.

---

<sup>20</sup> Vide nota número 6.

De fato, pensando assim, encontrar períodos de grandes mudanças sociais em determinada sociedade não é tarefa difícil. Se olharmos para o passado e focarmos nos momentos em que a forma da subordinação do trabalho ao capital se transformava, encontraremos farta matéria-prima para a análise histórica.

No Brasil, podemos encontrar tais períodos entre 1890 e 1930 e entendê-lo como o momento da consolidação das forças das forças produtivas capitalistas. Já o período compreendido entre 1930 e 1980, observamos o desenvolvimento da sociedade urbano-industrial. E, finalmente, podemos perceber o início da hegemonia do capital financeiro nas décadas de 1980 e 1990 (POCHMANN, 2010).

Através desta brevíssima síntese, podemos perceber que as mudanças estruturais de nossa sociedade ocorreram num curto intervalo de tempo, *pari passu* a transição da hegemonia britânica para a hegemonia estadunidense. Percebemos, em particular, que o tempo transcorrido entre a abolição da escravidão e a consolidação da indústria de bens de capital no Brasil foi de menos de cem anos.

No que se refere ao chamado desenvolvimentismo, Ricardo Bielschowsky (2000) nos apresenta uma periodização de seu ciclo ideológico. Sua origem, após a Revolução de 1930 até 1945, esteve associada à possibilidade do surgimento do Estado burguês no Brasil. Seus aportes ideológicos foram: (i) a crescente percepção da necessidade e da viabilidade de se implementar no país um setor industrial integrado, (ii) o entendimento de que era necessário criar mecanismos de centralização de recursos financeiros capazes de viabilizar a acumulação industrial, (iii) o desenvolvimento da idéia de que o Estado era o guardião dos interesses coletivos da nação e promotor da unificação nacional, e por fim, (iv) o nacionalismo econômico.

De 1945 à 1955, o desenvolvimentismo amadureceu ao enfrentar, de 1945 à 1947, o reflorescimento do liberalismo com o final do Estado Novo, os limites da Constituição de 1946 e da democracia no período da Guerra Fria. Entre 1948 e 1952, os desenvolvimentistas fizeram a campanha nacionalista pelo petróleo e ganham apoio popular com a frustração do liberalismo de Gaspar Dutra. E, de 1953 a 1955, o debate acerca da industrialização planejada amadureceu e o foco da discussão passou a ser o ritmo desenvolvimento urbano industrial.

O auge do período ocorreu entre 1956 e 1960. Com o Plano de Metas, Juscelino Kubitschek incorporou a ideologia desenvolvimentista à retórica oficial do governo. Naquele momento, a discussão econômica ficou centralizada na temática do desenvolvimento econômico e o tema da literatura especializada era a industrialização planejada.

Por fim, entre 1961 e 1964, o desenvolvimentismo entrou em crise e a reflexão deste

momento ficou subordinada a duas questões: (i) inflação, crise do balanço de pagamentos e (ii) reformas de base. As preocupações desenvolvimentistas foram minimizadas e as mudanças institucionais e a distribuição da renda ganharam maior importância na discussão.

## **2. As interpretações das tensões da sociedade brasileira na crise do desenvolvimentismo**

Nesse último período, que é o foco de nosso trabalho, o autor Daniel Aarão Reis Filho soube ler muito bem as transformações sociais deste momento ao dizer que “na noite do dia 30 de março de 1964, quando as tropas do general Mourão Filho, desde Juiz de Fora, Minas Gerais, começaram a se movimentar, estavam sendo lançados, afinal, os dados que decidiriam a sorte do país durante décadas.” (REIS FILHO, 2001, p. 321).

Como poderemos perceber abaixo, as obras dos autores deste contexto expressavam uma tensão latente entre a dimensão subjetiva do sujeito do processo do conhecimento e a dimensão objetiva na qual estavam inscritos, e a partir da qual emanavam suas reflexões. Compreendemos que toda obra é uma expressão parcial da consciência dos homens a respeito de seu próprio tempo. Deste modo, buscamos apreender, a partir da leitura dos livros de grandes intérpretes da economia e sociedade brasileira, as tensões nela existentes no início da década de 1960. Tal atividade nos faz crer que o Golpe de 1964 foi o desfecho de antigas tensões que borbulhavam na sociedade brasileira e a origem de tantas outras.

Ao lermos as páginas da obra de Wanderley Guilherme dos Santos, **Quem dará o golpe no Brasil?**, escrita em fevereiro de 1962, percebemos que, assim como no Reino da Dinamarca, havia algo de podre na sociedade brasileira. O autor, ao recordar dos acontecimentos de 1954 e daqueles de agosto e setembro de 1961, afirmava que a sociedade brasileira estava na iminência de um golpe. Entretanto, ainda não tinha certeza se seu desfecho seria uma Ditadura Militar ou um governo de Estado Forte, por isso, já alertava a vanguarda do povo brasileiro para o quê estava por trás da cortina de fumaça da *Doutrina de Segurança Nacional* e da necessidade de um Estado Forte: a busca da supremacia da vontade de uma minoria da população sobre a vontade da maioria.

No mês de junho do mesmo ano, Celso Furtado escreve o livro **A pré-revolução brasileira**, e defendia a idéia de que o país estava passando por um momento pré-revolucionário, pois, com o desenvolvimento da economia brasileira, os centros de decisão da vida econômica do país já não estavam mais alhures, encontravam-se em território nacional. Desta forma, afirmava que a economia brasileira não estava mais sujeita aos solavancos

internacionais e que tínhamos o controle do destino da economia nacional. Por isso, o autor criticava a recepção acrítica do pensamento econômico estrangeiro em países subdesenvolvidos, pois defendia a idéia de que as teorias sociais possuíam capacidade de explicação em espaço geográfico e tempo determinado. Logo, a utilização de uma teoria estrangeira em nossa realidade teria grandes chances de fracassar.

Já em 1963, Ignácio Rangel sustentava a tese de que o desenvolvimento da economia brasileira seria comandado pelo capital financeiro que estava surgindo devido à oferta de capitais a uma taxa negativa de juros. Em sua obra **A inflação brasileira**, defendia a idéia de que o desenvolvimento do capitalismo brasileiro havia ocorrido sem uma modernização da estrutura agrária. Assim, a produtividade do trabalho crescia de forma mais rápida que os salários, causando uma baixíssima propensão a consumir; uma demanda insuficiente; uma oferta excessiva de capitais; e uma alta capacidade produtiva ociosa. Neste contexto, a inflação havia se institucionalizado como um mecanismo de defesa da economia, pois diminuía a preferência pela liquidez dos empresários e os forçava a continuar investindo o capital. Mesmo tendo um retorno negativo, tal investimento possuía uma desvalorização menor que a manutenção do dinheiro. Rangel também criticava as medidas de política econômica que buscavam rapidamente acabar com a inflação, pois, à época, ainda não existia outro instrumento para proteger a economia brasileira da depressão.

Após os acontecimentos de março e abril, em novembro de 1964, Mario Henrique Simonsen escreve **A experiência inflacionária brasileira** e nos mostra como o Brasil, ao contrário da teoria tradicional, pôde se desenvolver com uma elevada inflação até 1961. Para o autor, após este período, devido atitudes demagógicas do presidente Goulart, o país entrou numa crise econômica que foi uma das molas propulsoras da “Revolução de 1964”. Diagnosticava que as raízes do processo inflacionário brasileiro, por um lado, encontravam-se na incompatibilidade da política distributiva do governo e na necessidade de destinar uma maior parcela do PIB para a formação de capital. Por outro, havia déficits nos gastos do governo, expansão do crédito, reajustes salariais demagógicos e a queda na relação de trocas do setor externo. Além disso, criticava as concepções ortodoxas e heterodoxas de análise da inflação brasileira e, em linhas gerais, explicava como o plano econômico do novo governo estabelecido trabalharia para atenuar a inflação e sanear a economia.

Em 1966, Ruy Mauro Marini publica o artigo **La dialéctica del desarrollo capitalista en Brasil**, onde defendia a idéia de que o Golpe de 1964 foi o desfecho de dois tipos de antagonismos existentes na sociedade brasileira. Por um lado, havia o conflito entre a burguesia industrial e o setor agroexportador que estava ligado aos grupos estrangeiros. Por

outro lado, havia o conflito entre as classes dominantes e as massas trabalhadoras da cidade e do campo. Para o autor, foi o primeiro conflito citado que levou Getúlio Vargas ao suicídio. O segundo foi crescendo após este evento, durante os governos de Café Filho, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart, onde a economia brasileira crescia e se industrializava, onde se aumentava a produtividade do trabalho e da indústria, todavia, onde também crescia o desemprego.

Diante deste cenário, João Goulart tinha que resolver o seguinte impasse: primeiro, ter apoio dos trabalhadores para fazer uma política externa e as reformas de base, ambas favoráveis à burguesia; depois, conter as reivindicações salariais do proletariado. No desenrolar da história, para Marini, a burguesia preferiu se aliar ao grupo dos exportadores ligado ao capital externo para garantir sua rentabilidade, mesmo sabendo que estaria ocupando uma posição secundária na hierarquia do poder. Diante deste fato e dos fatos ocorridos em abril de 1964, o autor afirma que não existia outra alternativa aos trabalhadores a não ser a luta armada pelo socialismo, pois qualquer aliança legal com a burguesia estaria fadada ao fracasso.

Neste mesmo ano, Caio Prado Júnior escreve o livro **A revolução brasileira**, obra em que fez uma incisiva crítica à esquerda brasileira, cuja análise partia da transposição acrítica de modelos criados na Europa e Ásia. Assim, ao não partir da realidade do país, buscavam encaixar fatos históricos dentro daqueles modelos. Caio Prado criticava ardentemente a transposição dos conceitos de feudalismo e burguesia nacional para o Brasil, pois o Estado aqui formado, sob a égide do Antigo Sistema Colonial, desde seu início era uma empresa capitalista. Desta forma, no Brasil não havia feudos, mas havia um trabalho extremamente precário, assim como, aqui não havia se formado uma burguesia nacional, e sim uma burguesia associada à burguesia da metrópole. Entretanto, tal burguesia sempre tomou conta dos postos estatais, processo histórico nomeado pelo autor de capitalismo burocrático. Este que, nos idos da década de 1960, associou-se à esquerda, fato que fez diminuir a polarização da luta de classes, e, com a chegada do golpe de 1964, a luta foi desarticulada. O autor esperava que fosse reatada a luta de classes após os acontecimentos de abril, e propunha como tarefa revolucionária da esquerda, lutar por melhores condições de trabalho no campo, local onde estava concentrada a maior herança colonial do país. Caio Prado focava-se nesta luta, pois ainda não via condições objetivas para que a terra fosse reivindicada de forma revolucionária.

Finalmente, foi em de outubro de 1967 que a **Revista Temps Modernes** publicou uma edição sobre o Brasil. Solicitada por Jean-Paul Sartre, editor da revista, e organizada por

Celso Furtado, a edição conta com artigos de intelectuais das mais diversas áreas do conhecimento.<sup>21</sup> Em seu artigo, **Brasil: da República Oligárquica ao Estado Militar**, Celso Furtado se questiona sobre o futuro do país após os acontecimentos de 1964 e afirmava como havia sido grande a transformação da sociedade brasileira. Em pouco tempo, a base econômica foi da plantação à indústria; a estrutura social passou dos senhores e escravos ao proletariado e grupos médios. E, na política, a formação do Estado Nacional continuou lenta. Toda esta transformação ocorria numa sociedade com uma estrutura agrária arcaica, por isso, os novos fluxos imigratórios que chegavam ao país rapidamente se urbanizavam.

Para o autor, este cenário foi transformado com o advento da Segunda Guerra Mundial. Antes deste conflito, havia uma consciência de nacionalidade acima do grupo ou da classe, após, a noção de identidade foi perdida com as doutrinas racionalizadoras da Guerra Fria. Fortemente influenciadas pela idéia de geopolítica, tais doutrinas fizeram com que o Brasil aceitasse a posição de satélite dos Estados Unidos dentro das relações de poder em escala mundial. Dentro deste contexto, Celso Furtado afirmava que o governo instaurado pós-1964 levaria o país à estabilidade social pela pastorização, pois novas terras seriam ocupadas no interior do país e seus produtos seriam orientados às cidades. Aumentaria a atividade da pecuária nos latifúndios próximos às cidades e haveria um aumento do investimento na infraestrutura de transporte. Entretanto, diminuiria o investimento na indústria, fato que levaria ao enfraquecimento da atração que as cidades provocam nos habitantes das áreas rurais e, então, aumentaria as formas de produção através da subsistência.

Como pode ser percebido, diante da complexidade do período, da quantidade e da qualidade de seus interlocutores, poderíamos citar muitas outras obras nestas páginas. Mas pensamos que esta seleção de obras já é o suficiente para nosso objetivo, conhecer as tensões sociais da sociedade brasileira àquele período, estas que eram intensas e extremas, pois grandes reivindicações sociais ocorriam na medida em que a polarização política se dava.<sup>22</sup>

---

<sup>21</sup> Os autores que escreveram nesta edição da são: Celso Furtado, Hélio Jaguaribe, Francisco C. Weffort, Fernando Henrique Cardoso, Florestan Fernandes, J. Leite Lopes, Otto Maria Carpeaux, Jean-Claude Bernardet e Antônio Callado.

<sup>22</sup> O debate sobre educação nos idos da década de 1950 e desenvolvimento ilustra um destas grandes reivindicações. O Manifesto escrito por Fernando de Azevedo e intitulado **Mais uma vez convocados** nos dá o diapasão do que se estava buscando construir no Brasil. Afirma o manifesto: “mas a educação pública por que nos debatemos, ontem como hoje, é a educação fundada em princípios e sob a inspiração de ideais democráticos. A idéia de educação pública – conquista irreversível das sociedades modernas; a de uma educação liberal e democrática, e a de educação para o trabalho e o desenvolvimento econômico e, portanto, para o progresso da ciência e da técnica residem à base da civilização industrial, são três teses fundamentais defendidas por educadores progressistas do mundo inteiro” (AZEVEDO, 1959). Àquela época, de acordo com Helena Bomeny (2011), “[...] ‘Mais uma vez convocados’ se posiciona contra o discurso da igreja católica sobre a ‘liberdade de ensino’, discurso esse que se transformou a plataforma política do deputado Carlos Lacerda, para defender a atuação da rede privada de ensino na oferta da educação básica”.

Tudo apontava para uma mudança, que ainda não estava socialmente organizada nem politicamente acordada. Percebemos que este não era apenas uma situação política brasileira. Em 1961, no encontro de *Punta del Leste*, Raúl Prebisch expressava: “revolução na América Latina é inevitável. Não pode ser detida nem limitada. Não sabemos se poderá ser realizada nos quadros constitucionais existentes ou se, por falta de uma política esclarecida, fora desses quadros.” (PREBISCH, 1961, p. 12 )

Em síntese feita há pouco tempo, Marcio Pochmann, nos afirma que nestes anos foi percebido na sociedade brasileira um processo de fuga para frente, onde existia o consenso de que havia a necessidade do crescimento econômico para que a sociedade brasileira pudesse manter suas estruturas sem fazer as reformas de base. Neste cenário, a sociabilidade construída no país estava assentada sob uma imensa “desregulamentação da competição no interior do mercado de trabalho e pela persistência da monopolização do acesso às oportunidades.” (POCHMANN, 2010, p. 47-8) O autor também afirma que no Brasil vigia um regime plutocrático, onde o Estado estava a serviço dos interesses dos mais ricos. (POCHMANN, 2010, p. 58)

Percebemos que, até meados de 1960, uma trajetória estava sendo construída e debatida quanto aos rumos do desenvolvimento econômico do Brasil. Nestes anos já eram percebidos os limites da industrialização como forma de transformação da sociedade brasileira. Entretanto, o Golpe Militar fez com que outra trajetória fosse tomada no que se refere à dinâmica deste processo. O debate acima citado foi desarticulado após o Golpe, pois um dos interlocutores estava munido com armas de fogo. Como muitos pensadores continuaram a criticar o novo regime instaurado, tiveram que fazer o uso da pena e da palavra no exílio. Os outros que aqui ficaram, dentro dos estreitos limites impostos à tarefa de pensar, também criticaram o novo regime instaurado.

### **III – O Acontecimento: o surgimento da “Escola de Campinas”**

Neste delicado momento, após o Golpe Militar de 1964, foi se constituindo dentro da Universidade Estadual de Campinas, a corrente de pensamento que escolhemos estudar. Em tal instituição foi elaborada uma interpretação de Brasil diferente da postulada pelos militares.

De acordo com Joseph Comblin<sup>23</sup>, a visão de Brasil dos militares era de um Estado militar criado pela *Doutrina de Segurança Nacional* que levava o elitismo ao extremo, pois

---

<sup>23</sup> COMBLIN, Joseph. **A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

não reconhecia as classes sociais, mas sim massas. Defendia a idéia de que segurança nacional e desenvolvimento eram tarefas de elites, não acreditavam em governos civis e buscavam reconstruir o Estado. Tal elitismo era fundamentado na noção de que os militares possuíam coragem, desinteresse, incorruptibilidade e os únicos capazes de fazer a guerra. Por fim, o exercício do poder deste Estado militar e elitista era fundamentado na luta contra a subversão e a guerrilha causada pelo comunismo internacional. Nesta luta, as principais instituições vigiadas eram o movimento sindical, as universidades e a igreja católica.

O impulso gerador da “Escola de Campinas” foi a criação, em 1967, do DEPEs – Departamento de Planejamento Econômico e Social<sup>24</sup>. Wilson Cano (2008) nos conta que o DEPEs surgia dentro da Unicamp com o objetivo de fazer críticas à política econômica da ditadura militar. Entretanto, estas críticas deveriam ser feitas com cuidado, através de pesquisas, pois eles não queriam perder a oportunidade de criar uma escola de economia crítica aos ditames dos manuais estrangeiros. E, para João Manuel Cardoso de Mello (MANTEGA, 1999, p.183-216), a oportunidade de criar cursos universitários críticos ao regime deve-se à atuação de Zeferino Vaz, que a despeito de seu posicionamento político conservador, não autorizou a instalação do escritório do SNI – Serviço Nacional de Informações – dentro da universidade e prezava pela liberdade de pensamento, autonomia universitária, liberdade de ensino e pesquisa e mérito acadêmico.

Muitos foram os pesquisadores que se aglutinaram em torno do DEPEs<sup>25</sup>, departamento que futuramente viria dar origem ao Instituto de Economia. Tais pesquisadores expressavam suas idéias através de suas teses de doutorado, e também através de periódicos como o **Ensaio de Opinião**<sup>26</sup>.

De acordo com João Manuel Cardoso de Mello (MANTEGA, 1999, p. 200-201), àquela época, a grande preocupação deles não era apenas fazer uma crítica à política econômica da ditadura militar, mas sim, fazer a crítica **do** capitalismo no Brasil. Por isso, em primeiro lugar, buscaram fazer uma releitura dos clássicos do pensamento econômico, tais como Schumpeter, Kalecki, Keynes e Marx. Depois, contrapor as determinações gerais da formação do

---

<sup>24</sup> De acordo com Ata da Décima Quarta Reunião do Conselho Diretor da Universidade de Campinas, de trinta e um de agosto de 1967. Anexo do livro escrito por Fausto Castilho **O conceito de Universidade no Projeto da Unicamp**.

<sup>25</sup> Os nove primeiros integrantes do DEPEs foram: Fausto de Castilho, João Manuel Cardoso de Mello, Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, Carlos Eduardo Gonçalves, Osmar Marchese, Eolo Pagnani, Wilson Cano, Ferdinando Figueredo e Lucas Gamboa. Nos anos de 1973-74, Liana Aureliano, Carlos Alonso, José Carlos Braga e Paulo Baltar, chegaram do Chile e adensaram o grupo. Luciano Coutinho e Sergio Silva, após terminarem o doutorado, respectivamente, nos Estados Unidos e na França, se juntaram ao grupo. Carlos Lessa e Maria da Conceição Tavares também deram importante colaboração para o departamento.

<sup>26</sup> Periódico, sem periodicidade fixa, publicado de 1975 à 1979, editado por Fernando Gasparian.

capitalismo em Marx com as idéias da teoria do desenvolvimento. Em seguida, acertar as contas com a Economia Política da CEPAL, de quem, com orgulho, eram filhos. E, finalmente, repensar o desenvolvimento do capitalismo no Brasil através da crítica da política econômica e renovar as propostas de reforma econômica e social.

Diante disso, originava-se este grande plano de trabalho. As tarefas foram divididas e, com o tempo, foi crescendo a chamada “Escola de Campinas”. De fins da década de 1960, passando pela década de setenta e pelo início da década de 1980, a “Escola de Campinas” se consolidou no debate econômico brasileiro.

## **Considerações Finais**

A estrutura histórico-mundial, apresentada na primeira parte deste artigo, relacionada à conjuntura histórico-nacional, apresentado na segunda, conformam o quadro que julgamos necessário para compreender o surgimento da “Escola de Campinas”. Assim, para compreendermos a visão do mundo e o modo de pensamento que conformam esta instituição, entendemos que é necessário considerá-la como uma certa consciência e como um acontecimento peculiar dentro de um momento da totalidade histórica à qual pertenceu, não apenas em sua dimensão histórico-nacional, mas, sobretudo, em âmbito histórico-mundial.

Desta forma entendido, sugerimos que o pensamento formulado na “Escola de Campinas”, para ser bem compreendido, deve ser concebido como uma visão no conjunto das tensões ideológicas que caracterizavam a luta pelo desenvolvimento nas estruturas do saber do moderno sistema mundial. Portanto, o modo como era interpretada cada etapa da formação e desenvolvimento do Brasil pela “Escola de Campinas”, nas diferentes etapas de seu pensamento, esteve relacionado ao momento particular do sistema social histórico do qual o Brasil faz parte e no qual os autores encontravam-se inseridos.

## **Bibliografia**

ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1997.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

AZEVEDO, Fernando de. In: **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 1ª de julho de 1959.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Cinquenta Anos de Pensamento na Cepal – uma resenha. In:

- Bielschowsky, R. (org.). **Cinquenta anos de pensamento na Cepal**. Vol.1 Rio de Janeiro: Record, 2000. pp.13-68
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento**. 4. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BOMENY, Helena. **Manifesto “Mais uma vez convocados”**. CPDOC/FGV. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Educacao/ManifestoMaisUmaVez>>. Acessado em: 19 de maio de 2011.
- BRASIL : tempos modernos. Coautoria de Celso Furtado. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais. A longa duração, 1958, pp. 41-77. In: BRAUDEL. F. **Escritos sobre a História**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Interpretações sobre o Brasil. In Maria Rita Loureiro (org.). **50 anos de Ciência Econômica no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1997, pp.17-69
- CANO, Wilson. A economia bem-temperada de Wilson Cano. **Jornal da Unicamp**, Campinas, 26 de maio a 1º de junho de 2008. p. 3.
- CASTILHO, Fausto; SOARES, Alexandre Guimarães Tadeu de (org.). **O conceito de universidade no projeto da UNICAMP**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008.
- COMBLIN, Joseph. **A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- FURTADO, Celso. **A pré-revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1962.
- GOLDMANN, Lucien. **Dialética e cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- GUILHERME, Vanderley. **Quem dará o golpe no Brasil?**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962. 98p.
- HOBBSBAWM, Eric. **A era das revoluções: Europa 1789-1848**. 9ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- HOBBSBAWM, Eric. **A era do capital, 1848-1875**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- HOBBSBAWM, Eric. **A era dos impérios, 1875-1914**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- HORKHEIMER, Max. **Eclipse da Razão**. São Paulo: Centauro, 2002 [1946].
- LUKÁCS, György. A consciência de classe. In: LUKÁCS, György. **História e consciência de classe: estudos de dialética marxista**. 2. ed. Porto: Elfos, 1989.
- MANNHEIM, Karl. **Ideologia e Utopia: introdução a sociologia do conhecimento**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1954, p.3.
- MANTEGA, Guido; RÊGO, José Márcio. **Conversas com economistas brasileiros II**. São Paulo: 34, 1999. p. 183-216.
- MARINI, Ruy Mauro. **La dialética del desarrollo capitalista em Brasil (1966)**. En publicación: América Latina, dependência y globalización. Fundamentos conceptuales Ruy Mauro Marini. Antología y presentación Carlos Eduardo Martins. Bogotá: Siglo del Hombre – CLACSO, 2008.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. 3ª Ed. São Paulo: Martin Claret,

2005.

- MICELI, Sérgio. A Fundação Ford e os cientistas sociais no Brasil, 1962-1992. In: MICELE, S. (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. Vol.2. São Paulo: Editora Sumaré, 1995b, pp. 341-95.
- MICELI, Sérgio. O cenário institucional das Ciências Sociais no Brasil. In: MICELE, S. (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. Vol.2. São Paulo: Editora Sumaré, 1995a, pp. 7-24.
- MICELI, Sérgio. Por uma sociologia das ciências sociais. In: MICELE, S. (org.) **História das Ciências Sociais no Brasil**. Vol.1. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais : IDESP, 1989, pp. 5-19.
- NOVAIS, Fernando A. Anotações sobre a vida cultural na época do Antigo Regime. In: NOVAIS, F. A. **Aproximações: estudos de história e historiografia**. São Paulo: Cosac Naify, 2005
- PINTO, Álvaro Vieira. **A questão da Universidade**. São Paulo: Cortez, 1986 (1961).
- POCHMANN, Marcio. **Desenvolvimento e perspectivas novas para o Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- PREBISCH, Raúl. Advertência à América Latina. In: **Folha de São Paulo**, São Paulo, 7 ago. 1961. Primeiro Caderno, p. 12.
- RANGEL, Ignácio. A inflação brasileira. In: RANGEL, Ignácio. **Obras Reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. Vol. 1, pp. 551-679.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, Jorge. **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- RODRÍGUEZ, Octavio. **El estructuralismo latinoamericano**. México: Siglo XXI: CEPAL, 2006.
- SADER, Emir. O Marxismo Ocidental no Brasil. In: ANDERSON, Perry. **Considerações sobre o marxismo ocidental; Nas trilhas do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004, pp.7-13.
- SIMONSEN, Mario Henrique. **A experiência inflacionária no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, 1964.
- THOMPSON, E. P. **A formação da classe operaria inglesa**. Rio de Janeiro ; São Paulo: Paz e Terra, 1988-97.
- WALLERSTEIN, Immanuel et al. **Abrir las ciencias sociales: informe de la Comisión Gulbenkian para la reestructuración de las ciencias sociales**. México: Siglo XXI, 1996.
- WALLERSTEIN, Immanuel. **O universalismo europeu: a retórica do poder**. São Paulo: Boitempo, 2007,
- WALLERSTEIN, Immanuel. **SpaceTime as Basis of Knowledge**. 1997 (notas enviadas ao Congresso Mundial de Convergência realizando em Cartagena, Colômbia).
- WEBER. Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Vol.1. 4ª Ed. Brasília: Editora UnB, 2000.